

Repensando o urbano nas pequenas cidades: uma reflexão sobre a reestruturação produtiva nos municípios paraibanos de Sumé, Cabaceiras e Boa Vista

Rethinking the urban in small cities: a reflection on productive restructuring in the municipalities paraibanos of Sumé, Cabaceiras and Boa Vista

Me. Gustavo dos Santos Costa ¹

Dr. Lincoln da Silva Diniz ²

Resumo

As pequenas cidades do Nordeste brasileiro, se constituem como um objeto de estudos ainda carente de aprimoramentos teórico-metodológicos apesar ter sido alvo de alguns estudos no campo da geografia. Estas cidades se caracterizam historicamente pela “fragilidade” econômica e, paradoxalmente, pela importância local/regional, através dos fluxos comerciais, como as feiras-livres, mascates e viajantes, sendo o local de recepção das inovações. No caso dos municípios de Boa Vista, Cabaceiras e Sumé, localizadas no interior paraibano, estas transformações com espacialidades e temporalidades distintas, decorrentes do atual processo de reestruturação produtiva, iniciado nas décadas finais do século XX, formaram um arranjo espacial de economias heterogêneas direcionados pelas influências globais. Dessa forma, o objetivo deste artigo é compreender o conteúdo destas mutações espaciais nas pequenas cidades supracitadas, identificando a reinvenção de seus papéis e refletindo sobre nova configuração dos fluxos comerciais e informacionais. Para tanto, a metodologia contou com a análise de bibliografias em diálogo com a análises de dados disponíveis em plataformas virtuais como IBGE, Atlas do IDHM e Observatório das Metrôpoles, referentes a economia, demografia e qualidade de vida destes municípios. Desse modo, busca-se contribuir para discussão sobre a inserção da pequena cidade nas redes de sustentação da dinâmica capitalista.

Palavras-Chave: Pequenas cidades, Reestruturação produtiva, (Re)produção do urbano.

Abstract

The small cities of the Brazilian Northeast constitute a relatively unknown object of study, despite having been the target of some studies in the field of geography. These cities are historically characterized by economic "fragility" and, paradoxically, by local / regional importance, through trade flows, such as free-trade fairs, peddlers and travelers, and the place of reception of

¹ Docente, Área de Ciências Humanas, ECITE José Gonçalves de Queiroz, Secretária da educação e de Ciência e Tecnologia da Paraíba, costagustavo632@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5380-8527>.

² Docente, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, lincol.ufcg@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6448-0486>.

innovations. In the case of the municipalities of Boa Vista, Cabaceiras and Sumé, located in the interior of Paraíba, these transformations with different spatialities and temporalities, resulting from the current process of productive restructuring initiated in the last decades of the 20th century, formed a spatial arrangement of heterogeneous economies directed by influences. In this way, the objective of this article is to understand the content of these spatial mutations in the small towns mentioned above, identifying the reinvention of their roles and reflecting on a new configuration of the commercial and information flows. To do so, the methodology involved the analysis of bibliographies in dialogue with the analysis of data available in virtual platforms such as IBGE, Atlas of the IDHM and Observatório das Metrôpoles, referring to the economy, demography and quality of life of these municipalities. In this way, we seek to contribute to the discussion about the insertion of the small city in the networks of support of the capitalist dynamics.

Keywords: Small cities, Productive restructuring, Urban (Re)production.

Introdução

O século XX foi marcado pela produção e desenvolvimento de técnicas aplicadas ao modo de produção capitalista. Em síntese, cabe destacar que essas técnicas, ou o conjunto delas, não são provenientes do referido momento histórico. Suas origens e datações são das mais variadas possíveis. O que há no atual período histórico foi o acúmulo destes acessórios (espaciais), acompanhados por um movimento de sobreposição, assim dando-lhe um novo carácter político-econômico (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A expansão dos novos conjuntos técnicos para os países da América Latina, especialmente, a partir do século XX, estiveram paralelos ao fenômeno da urbanização, processo que se constituiu como importante meio de reprodução da lógica capitalista moderna de acumulação. No caso brasileiro, este fenômeno toma maiores proporções através de sua associação com a necessidade de ocupação do território nacional que, devido ao modelo geopolítico de ocupação portuguesa, manteve-se majoritariamente concentrado ao longo do litoral brasileiro, “desvalorizando” o vasto interior do território (MORAES, 2011), exceção da região aurífera no século XVIII, que corresponde atualmente ao território do Estado de Minas Gerais.

Segundo Santos e Silveira (2001), por quase toda a história do território brasileiro os polos de desenvolvimento científico e produtivo estiveram concentrados ao longo e/ou próximos da

faixa litorânea, formando uma região propensa ao crescimento econômico. Por outro lado, havia o todo o interior predominantemente vivendo de algumas culturas de subsistência. Contudo, após a década de 1950, observou-se um movimento contrário, impulsionado pelas políticas de tecnificação e integração do interior, causando um considerável crescimento demográfico que se prolongou durante todo o século, na tentativa de estabelecer uma expansão do meio técnico ao longo do interior.

O processo de reestruturação produtiva, apesar de conter estratégias espacialmente específicas compreendidas através das redes geográficas e dos novos sistemas técnicos, atualmente se distingue das reestruturações pretéritas pela capacidade de gerar transformações generalizantes. São ações distintas para espaços distintos, contudo, possuem uma capacidade de inclusão inédita, desde as localidades de maior centralização até os centros de dimensão local, as chamadas cidades locais ou pequenas cidades (CORRÊA, 1997).

Considerada a última instância para inserção e reprodução da acumulação de capital, as pequenas cidades, apesar de sua numerosidade, historicamente, apresentaram pouco interesse por parte dos capitalistas. Entretanto, cabe ressaltar que em alguns municípios compostos por pequenas cidades exista uma forte concentração de capital associada às atividades agropecuárias e de mineração. Tendo o campo como o responsável pela reprodução das relações de produção, estas cidades, excluídas do processo de acumulação capitalista, foram por Santos (1993), denominadas “cidades do campo”. Todavia, estas realidades sofreram intensas transformações, as pequenas cidades passam a ter papéis ativos no processo de acumulação capitalista e novas funções na rede urbana.

Portanto, este texto busca estabelecer uma breve reflexão a respeito do processo de reestruturação produtiva nas pequenas cidades e uma análise sobre ressignificação do urbano nestas pequenas cidades. Para tanto, foi realizado uma análise da rede urbana na qual estas cidades estão inseridas, bem como seus respectivos papéis na dinâmica da rede.

As cidades analisadas estão inseridas na Região Geográfica Imediata de Campina Grande-PB, localizadas sob o Planalto da Borborema (IBGE, 2017). Trata-se de pequenas cidades, todas com demografia inferior a 20.000 habitantes, seus aspectos ambientais correspondem às características básicas do polígono semiárido brasileiro, com pluviometria média inferior a 600 mm por ano. Todavia, seus aspectos socioeconômicos apresentam particularidades significativas, relativas à produção do espaço urbano mediante as relações sociais de produção, caracterizadas pela distinção diante da redefinição de seus papéis na atual rede urbana.

Metodologia

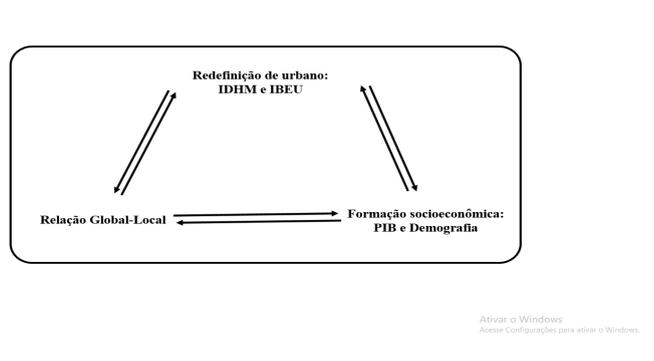
A pesquisa, desenvolvida pelos autores no Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Campina Grande, no período de agosto de 2017 a julho de 2018 que resultou no referido texto buscou, tendo em vistas alcançar os objetivos propostos, desenvolver, em um primeiro momento análise bibliográfica especializada. Após a primeira etapa realizamos, pesquisas em plataformas virtuais de dados espaciais como, portal IBGE, Observatório das Cidades e Atlas de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

A seleção das cidades analisadas se deu base em alguns critérios, como localização, as cidades selecionadas estão inseridas na região fisiográfica dos Cariris Velhos, também foram considerados aspectos quantitativos como, demografia e PIB, identificando os municípios com demografia inferior a 20.000 habitantes, o que a classifica como pequena cidade, e com economias locais de destaque na parte centro-sul da Região Geográfica Intermediária de Campina Grande-PB. Os critérios qualitativos são referentes à relevância socioeconômica do espaço urbano na economia local, na tentativa de sobrepor-se ao campo, tornando-as autônomas, o que nas palavras de Santos (1979) lhe definem como “cidades verdadeiras”.

O esquema abaixo apresenta, de modo breve, a metodologia de análise utilizada no corpo deste texto, trata-se de uma reinterpretação do modelo discutido por Moreira (1982). Desse modo, o procedimento de análise se constitui como um tripé, como pode ser visto na figura 1, no

qual visa compreender a realidade socioespacial mediante o uso de plataformas virtuais, bem como, observações qualitativas.

Figura 1 - Esquema gráfico da metodologia proposta.



Elaboração: COSTA, Gustavo dos Santos.

Neste sentido, é possível avaliar o papel da nova estrutura produtiva, em tese, global, sob a reinvenção das economias locais e de suas dinâmicas socioespaciais mediante uma análise dialética com destaque aos conceitos geográficos de redes e desenvolvimento socioespacial, identificando as irracionalidades e contradições estruturantes do modo de produção capitalista.

A Economia da Pequena Cidade como Sinônimo das Fragilidades Sociais

Santos, (1993) discute o fenômeno da urbanização e as transformações ocorridas nas cidades brasileiras com base na dialética entre forma e conteúdo, um elemento importante que o autor destaca é o papel das técnicas como alicerces do processo de urbanização. Desta forma, pode-se perceber que a distribuição espacial das técnicas e dos meios de produção possui caráter desigual, assim a materialidade da urbanização se dá como consequência da inserção das técnicas e dos meios de produção localizados na cidade em dimensões de espaço e tempo distintas, por natureza produzindo espacialidades diversificadas. Esse dado é o principal elemento para análise geohistórica do capitalismo, sobretudo, de natureza tardia.

Acrescenta-se a esta concepção um conceito aprimorado por Corrêa (1997), as “interações espaciais”, ou por Souza (2016) “práticas espaciais”. Para o primeiro autor referido, o espaço geográfico é dinamizado por agentes sociais que se interagem espacialmente, cada qual

com suas peculiaridades na produção e organização do espaço. Por outro lado, segundo o autor (2016), faz referência as ações microssociais, coletivamente organizadas ou não, como os movimentos sociais, as ações de intervenção e próprio uso cotidiano do espaço geográfico. Estes conceitos visam compreender a produção do espaço mediante seus agentes e respectivos usos. Todavia, estabelecem funções para o próprio funcionamento da dinâmica capitalista, por sua vez, comandada com agentes externos, dispersos geograficamente.

Tratando-se da produção dos espaços urbanos de pequeno porte, que a priori revelam-se mais dependentes do que as grandes cidades ou metrópoles em virtude da ausência de um substancial distrito industrial, é fundamental que para a expansão e revigoração de sua urbanização desenvolva-se um constante processo de reprodução de interesses para ampliação de sua região de influência. A manutenção desse processo é realizada pelo forte papel do Estado e, em parte, pelas corporações, consistindo no aumento da capacidade concentração - efeito-centrípeto. Cabe destacar que a urbanização se consolida como um fenômeno imprescindível para acumulação capitalista e para sustentação da indústria-técnica-moderna (HARVEY, 2005).

De acordo com esta discussão, chega-se a um tópico importante do debate: o papel desempenhado pela pequena cidade nas etapas do processo produtivo, abrangendo a produção, circulação, comércio e consumo das mercadorias. Por sua vez, estas etapas sob o formato de rede entre os diversos agentes da produção, assim, estabelecendo mediações recíprocas, cada qual com suas funções. Buscando conceituar estas relações, Santos (1977; 1979), formula o conceito de redes de cooperação, fortalecendo a ideia central de interdependência entre todos os entes inseridos na rede, distorcendo a concepção de hierarquia e sublinhando a ideia de colaboração.

Cabe salientar que sua preocupação não se limita em compreender a relação, especificamente, entre cidades, e sim, sobre os agentes envolvidos na produção. Todavia, sua contribuição elucida a relação existente entre as cidades (ou municípios), pois, mesmo com uma diversidade econômica, cada um tende a se destacar apenas por algumas atividades, assim,

exercendo funções determinadas pela própria dinâmica da rede. Comparada ao conceito de “rede urbana”, a “rede de cooperação” se constitui como uma proposta flexível, inclusiva e multiescalar, possibilitando uma análise mais ampla e sistemática (MORAES, 2017).

Em consonância com o processo de reestruturação econômica, a rede de relações entre as cidades se reconfigura, novos agentes são inseridos nas relações de produção, revelando uma nova dinâmica socioespacial. Segundo Soja (1993, p. 198), a reestruturação econômica se configura com um processo de substituição da ordem de configuração dos objetos e das ações, em seu sentido mais amplo, assim, transformando os sistemas de pensamento, conseqüentemente, o planejamento territorial e regional, bem com as estratégias de investimentos e comércio mantidas pelas corporações.

Neste sentido, as transformações ocorridas sob escala internacional oferecem risco até as relações sociais de menor escala, microssociais, aumentando a tensão na relação entre local e global. Na análise de Soja (1993), a dialética se dá entre o regional e global, por sua vez, tendo uma perspectiva menos pragmática sobre o conceito de região, na qual pode ser vista sob diversas escalas e formas. No atual contexto social, político e cultural, portanto, socioespacial, os fluxos materiais simbólicos são muito mais intensos, proporcionados pelo atual meio técnico, resultando na intensificação das transformações. Aparentemente, tudo é, cada vez mais, flexível. Diante desta discussão, Benko (1999), traz a ideia de flexibilidade para compreender as estratégias de reestruturação, sendo elas, de cunho além do econômico. A produção passa, então, por transformações políticas e espaciais ditadas pela configuração do capital global, que não dispõe estratégias democráticas, justas e inclusivas.

Portanto, a mobilidade social e espacial, passa a ser indispensável para dinâmica capitalista, pois, a busca incessante por “superlucros”, gerando investimentos e avanços técnicos, tende a quebrar com as limitações espaciais. Assim, “anulando o espaço pelo tempo”, aumentando as possibilidades de instalação dos núcleos produtivos espacialmente dispersos.

As pequenas cidades se apresentam como alternativas interessantes para investimentos capitalistas, em virtude dos elementos inerentes as mesmas, como, as reservas de mão-de-obra para as atividades primárias, a ausência de órgãos de fiscalização e de organizações de trabalhistas ou movimentos sociais, apresentando maiores possibilidades de extração de lucro, entre outras vantagens.

A relação de interdependência entre os núcleos urbanos de uma dada rede e, principalmente, a relação mais íntima entre o núcleo (a cidade) e sua hinterlândia (o campo), é a chave para compreender as pequenas cidades do semiárido. Assim como aponta Barbosa e Diniz (2015), os municípios interioranos, em especial, no caso da Paraíba, apresentam forte dependência desta cooperação na forma de rede. A sobrevivência econômica destas cidades, com exceção da ação do estado, se dá através dos fluxos de mercadoria e de uma restrita produção primária escoada para as cidades em seu entorno. Contudo, atualmente, algumas localidades se apresentam sob novas estratégias econômicas.

O efeito-centrípeto, inerente a própria espacialidade urbana, se manifesta de diversas formas ao longo da história, sendo um dos principais elementos teóricos da análise de Lefebvre (1999), quando o mesmo alerta sobre o papel preponderante da cidade sobre o campo. Esta constatação é reforçada por Maia (2010, p. 39), quando aponta que “[...] naqueles pequenos centros que não correspondem ao que entendemos por cidade, encontram-se indícios da realidade urbana, pois está se manifesta na dispersão da cidade através da centralização do comércio, do encontro, da reunião, da informação.”

Compreender a pequena cidade no atual contexto social, econômico e político, é compreender sua região, tendo ambas como um conjunto indissociável de interesses, de histórias, de esquecimentos, de sonhos e de articulações, nunca como algo dado, mas como algo em movimento, em mutação constante. No caso do interior do estado da Paraíba, as cidades são, antes de tudo, manifestações do medo, da coerção, são refúgios, reflexos de todo um pretérito de submissão e exploração, materializações das contradições do modo de produção até então

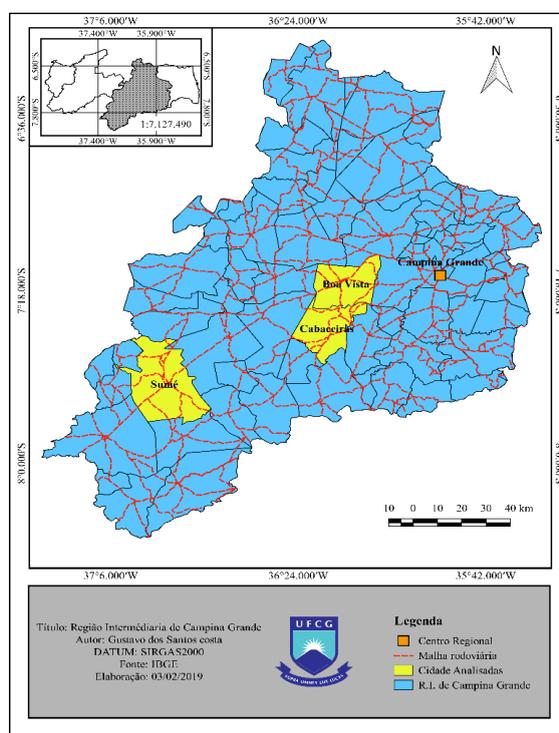
vigente. O mesmo se repete na atual configuração da dinâmica capitalista que, apesar de transformações estratégicas alterando as economias locais, ainda se mantém na condição de subdesenvolvidos.

Resultados e Discussões

Região Geográfica Intermediária de Campina Grande

Na busca por compreender a dinâmica dos fluxos e desenvolver políticas estratégicas para o desenvolvimento regional e socioespacial, o Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE) desde a década de 1990 desenvolve estudos com base na rede urbana e na região de influência das cidades, identificando a configuração dos fluxos de modo multiescalar. Explorar melhor os resultados da REGIC/IBGE (2017). Tais estudos resultaram em uma nova proposta de regionalização com base em critérios socioeconômicos sob a perspectiva de rede (Figura 2).

Mapa 2- Região Geográfica Intermediária de Campina Grande.



Elaboração: Gustavo dos Santos Costa.

Fonte: IBGE

De acordo com IBGE (2017), a referida proposta de regionalização é composta por duas óticas de abrangência, imediata e intermediária. A imediata se refere à compreensão dos fluxos sob raios de curta distância, para os centros de menor capacidade de atração, por outro lado, a região intermediária trata dos fluxos de menor intensidade, entretanto com raios de abrangência bem maiores, referindo-se aos fluxos de bens e mercadorias mais raros. Escolhemos como recorte de análise a segunda categoria, mais especificamente, a Região geográfica intermediária de Campina Grande, a maior região intermediária da Paraíba (Como pode ser visto na figura 2).

Nossa preocupação se limitou à análise de três municípios inseridos no referido recorte regional: Boa Vista, Cabaceiras e Sumé; cada qual com suas peculiaridades geográficas, contudo, inseridas de modo semelhante na dinâmica global. Cabe salientar que na divisão regional anterior, base nos conceitos de microrregiões e mesorregiões, estas cidades estavam inseridas na mesma região, o Cariri Paraibano.

PIB e demografia regional

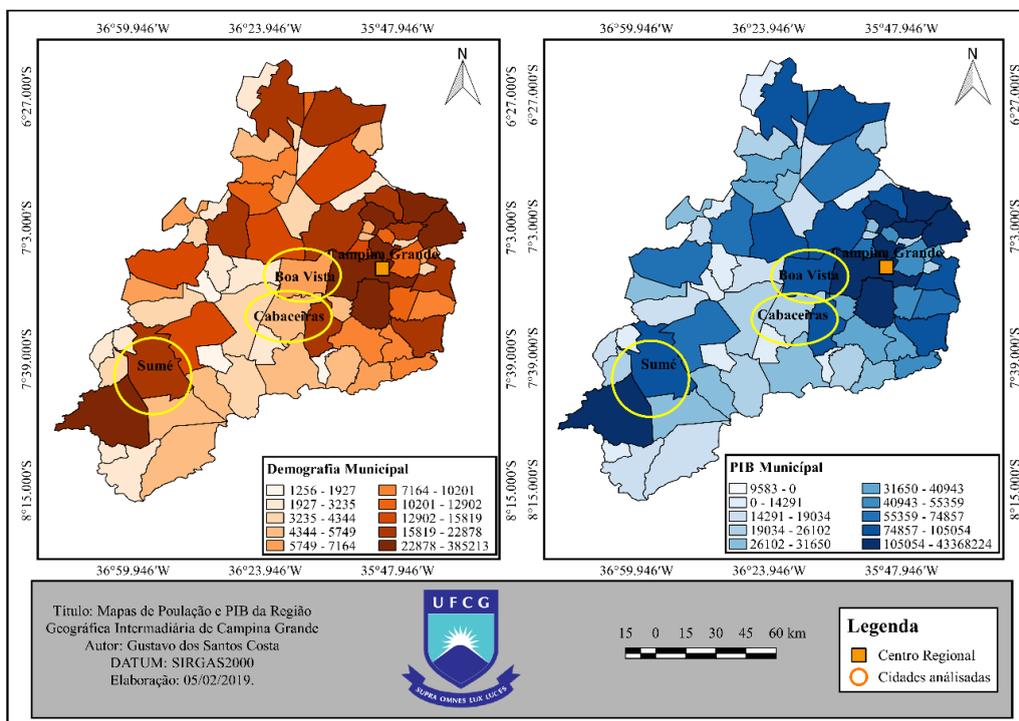
As cidades encontradas no interior do estado da Paraíba são caracterizadas pela baixa demografia e pela instabilidade econômica, decorrente da ausência de políticas públicas para o desenvolvimento e da própria fragilidade em setores estruturantes da economia relacionados ao planejamento territorial, como educação e infraestrutura, assim se tornando dependentes de políticas assistencialistas. Por sua vez, as políticas públicas de assistência que contribuíram para o aumento da qualidade de vida em regiões de intensa fragilidade social, foram importantes para emancipação econômica das pequenas cidades, desencadeando um processo antagônico; de um lado aumenta a qualidade de vida no campo e de outro, acentua o crescimento urbano das pequenas e médias cidades.

Como foi apontando, a Produção Interna Bruta (PIB) e o tamanho das cidades (demografia), foram os principais critérios de cunho quantitativo que levaram a escolha das referidas cidades. Observando a figura 3, é possível estabelecer uma comparação entre o PIB e a

demografia das cidades analisadas, identificando que estas estão entre as maiores economias do Cariri paraibano, ainda que suas respectivas demografias sejam inferiores a 20.000 habitantes. No entanto, as mesmas possuem modelos de desenvolvimento distintos, apresentando as múltiplas possibilidades de reordenação do território.

As cidades supracitadas são apresentadas de maior relevância se levarmos em consideração seu contorno que, com exceção de Boa Vista (PB), é, majoritariamente, composto por cidades de pequeno porte, conseqüentemente, com economias menores, o que leva à expansão e desenvolvimento das atividades terciárias devido à distância com cidades de maiores portes. Portanto, assim como aponta Corrêa (1997), quanto mais proximidade do polígono metropolitano, menor será sua capacidade de concentração e, conseqüentemente, seu centro urbano.

Figura 3- Demografia e PIB da Região Geográfica Intermediária de Campina Grande.



Fonte: IBGE (2017).

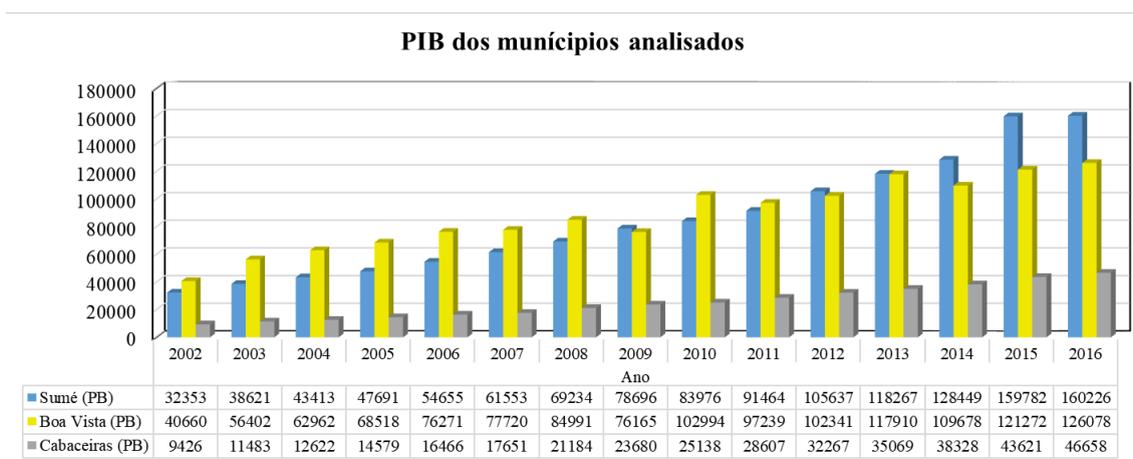
Elaboração: Gustavo dos Santos Costa.

No caso das demais cidades analisadas, Cabaceiras (PB) e Sumé (PB), a circunvizinhança das mesmas são compostas por cidades, economicamente, dependentes, com demografia menor que 16.000 habitantes. Assim, conseguindo concentrar as possibilidades de atração econômica e financeira, como ampliação de seus centros comerciais e a valorização fundiária do solo urbano.

Em tese, trata-se de cidades com baixa demografia, entretanto, de economias importantes para a dinâmica local/regional. De acordo com o IBGE (2010), as maiores ampliações entre 2000 e 2010, como aponta o gráfico seguinte (figura 4). Estas atividades, apesar de diversificadas, são caracterizadas não só pela centralização de seus efeitos, mas principalmente pela dispersão destes através de fluxos de níveis regionais e nacionais.

Tal como pode ser visto no gráfico seguinte, é nítido o desenvolvimento econômico dos referidos municípios entre 2002 e 2016, é especificamente sobre este crescimento que este artigo se debruça, a natureza desse processo que resulta não apenas no aumento da produção e da arrecadação de impostos pelos municípios, mas principalmente na ressignificação das relações de produção viabilizadas por uma nova rede de fluxos em escala global estruturada na base técnica promovida em especial pelo Estado e pelo novo meio-técnico-informacional. As redes de cooperação não mais possuem limitações geográficas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Figura 4- PIB dos municípios de Boa Vista, Cabaceiras e Sumé.

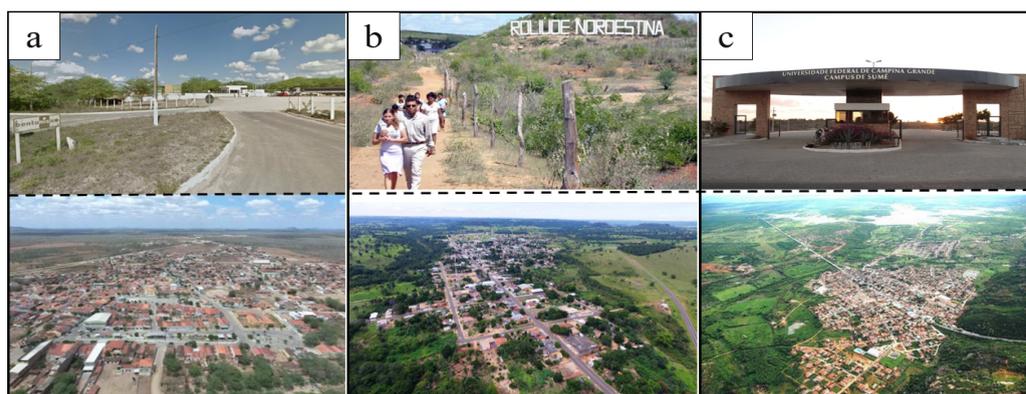


Fonte: IBGE.

Elaboração: Gustavo dos Santos Costa.

Como pode ser visto na Imagem 1, há um processo de condicionamento dirigido pela atual estrutura produtiva, essencialmente autoritária, tendendo por inserir sobre os meios técnicos pretéritos, uma nova organização econômica e espacial com base nos novos meios de comunicação e circulação de informações e fluxos diversos. Resultando em uma recriação da economia local que, em alguns casos, deixa de ser local e toma dimensões globais.

Figura 5- a) superior, sede da Betoniza em Boa Vista e, inferior, fotografia aérea da cidade de Boa Vista; b) superior, entrada da cidade de Cabaceiras e, inferior, fotografia aérea da cidade de Cabaceiras; c) superior, entrada principal do campus da UFCG/CDSA e, inferior, fotografia aérea da cidade de Sumé.



Ativar o Windows
Acesse Configurações para ativar o Windows.

Fonte: Acervos dos Municípios

Esta última consideração pode ser aplicada ao caso da produção mineral no município de Boa Vista, no qual, a sede da maior empresa de extração de Bentonita está localizada na cidade, empregando parte considerável da população local. De acordo com Farias (2010), as jazidas foram descobertas ainda na década 1960, neste período explorado de modo arcaico, no entanto, passaram por diversas transformações técnicas e socioespaciais visando atender o ampliando do mercado, ou seja, a reestruturação global impõe em sua lógica de reprodução, a reestruturação

local. Segundo o autor, a produção de bentonita no município correspondeu em 2000 a 96% da produção do minério in natura, gerando fluxos por todo o território nacional (FARIAS, 2010).

Por outro lado, temos o exemplo de Cabaceiras, reconhecida em escala nacional devido à sua trajetória cinematográfica que levou a autointitulação de “Roliúde Nordestina”. Devido à conservação do seu patrimônio histórico e a conversação do cotidiano estereotipado do Sertão Nordeste, a cidade se constitui com um dos principais espaços turísticos do estado, resultando no desenvolvimento econômico para além do turismo (SILVA e SILVA, 2009).

Partindo de uma reinvenção das expressões artísticas e do próprio discurso sobre o Nordeste, a referida cidade adotou um modelo de desenvolvimento estruturado em atividades não-produtivas só possíveis em virtude da multiplicidade de fluxos e pelas alternativas de mobilidade espacial que estão intrínsecas ao turismo local que abre os olhos para os fluxos globais. No município também há a presença de cooperativas de artesanato que atuam, principalmente, na fabricação de artigos de couro, associando ao turismo, que possuem possibilidades de abrangência supranacionais. Assim, elucidados pelas novas estratégias de acumulação, conseguem reduzir cada vez mais a área de produção e aumentando a área de abrangência (HARVEY, 2005)

Por último, a cidade de Sumé, historicamente caracterizada pela produção da monocultura do tomate iniciada ainda na década de 1970 e que se findou no final do século. Atualmente, sua economia se caracteriza pelo setor terciário, associado ao seu caráter emergencial de polo educacional, concentrando no interior, duas instituições de ensino e várias outras do ensino básico, atraindo fluxos imediatos de toda sua região de influência (LEITE, 2018).

De acordo com Santos (2012), a particularidade da formação econômica de Sumé mediante o campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), se dá em virtude de dois efeitos inerentes ao próprio papel das instituições de ensino, em primeiro momento ocorre o efeito centrípeto, atraindo fluxos do seu entorno para o centro e, em um segundo momento ocorre o inverso, o efeito centrífugo, dispersando os fluxos. Assim, redistribuindo mão-de-obra

especializada para os núcleos produtivos. Portanto, é de acordo com esta análise que Santos (2012), destaque o desenvolvimento das forças produtivas surge através da universidade.

Cabe ressaltar que estes exemplos de desenvolvimento não surgiram em decorrência do atual meio técnico, pelo contrário, estas economias já existiam, contudo foram reestruturadas mediante a ressignificação dos valores culturais e das estratégias de espacialização e de estratificação social imposta pela própria dinâmica capitalista em seu exercício incansável de reconfiguração.

IDHM e IBEU como expressões da realidade socioespacial

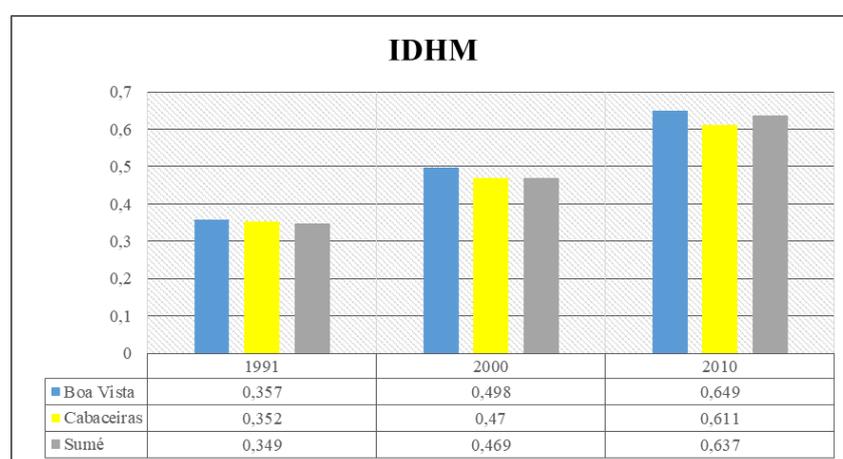
Na busca por estabelecer uma análise mais próxima da realidade socioespacial das cidades analisadas e de seu processo de desenvolvimento reestruturados nas últimas décadas, foram identificados dois índices relativos à qualidade de vida nestas cidades, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice de Bem-Estar Urbano. O primeiro apresentou dados de três décadas diferentes, decorrente de pesquisas entre 1990 e 2010, por outro lado, este último encontra-se ainda na primeira edição referente ao ano de 2016, por sua vez, apresentando-se mais atualizado.

O IDHM, índice que reúne três dimensões do desenvolvimento humano por município: renda, longevidade e educação de uma determinada população. Assim, elaborando uma média a partir dos dados referentes estas dimensões que variam de 0 à 1, apresentando, de modo simples, uma classificação que revela a qualidade de vida da população, bem como possibilitando uma análise da gestão dos recursos arrecadados.

O IDHM foi inserido no Censo demográfico a partir da década de 1990, sendo lançados a cada dez anos pelo IBGE, deste modo, até o referente momento foram lançados apenas três índices sobre os municípios estudados. Estes índices possibilitam a realização de uma análise concisa sobre o desenvolvimento destes, assim refletindo sobre o contexto no qual eles se modificaram como reflexo de uma nova realidade socioespacial.

Tal como pode ser visualizado no gráfico abaixo (figura 6), entre as décadas de 1990 e 2010, houve um substancial aumento do IDHM, revelando melhoras na renda, longevidade e educação. Podendo ser compreendidos como reflexos do atual meio geográfico no qual estão inseridos, em que possuem novas funções regionais, ou seja, um novo papel na dinâmica da totalidade capitalista. Pois, os elementos que compõem o IDHM, são elementos estruturantes das novas relações sociais de produção manifestadas universalmente pelo consumo.

Figura 6- IDHM dos municípios de Boa Vista, Cabaceiras e Sumé entre as décadas de 1990 a 2010.

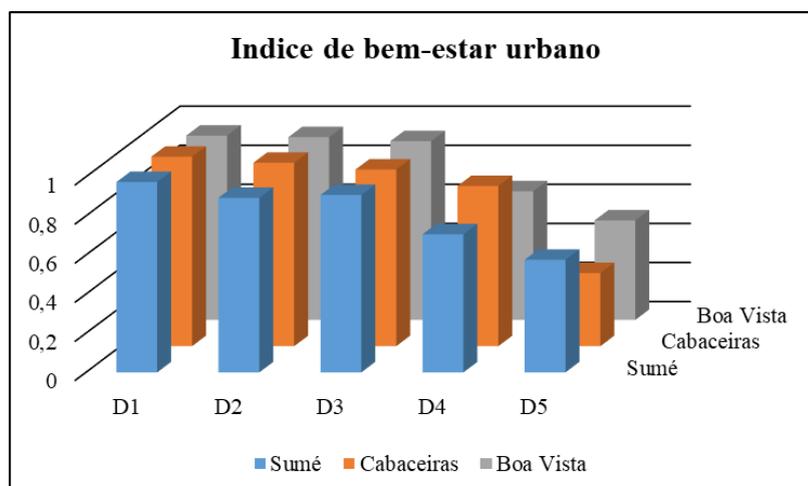


Fonte: Atlas do IDHM.

Elaboração: Gustavo dos Santos Costa.

Sob esta perspectiva, também identificamos os impactos gerados por esse novo conjunto de relações de produção na formação e dinamização do espaço urbano, entendido aqui como pressuposto base para a reprodução das relações produtivas no atual contexto político e econômico, revelando as estratégias e as contradições da totalidade capitalista (Figura 7).

Figura 7- O IBEU das cidades de Boa Vista, Cabaceiras e Sumé.



Elaboração: Gustavo dos Santos Costa.

Fonte: Observatório das Metrôpoles.

Um importante índice para compreensão da realidade socioespacial das cidades brasileiras é o Índice de Bem-Estar Urbano, tratando especificamente de questões relativas ao espaço urbano como, mobilidade urbana (D1), condições ambientais urbanas (D2), condições habitacionais urbanas (D3), atendimento de serviços coletivos urbanos (D4) e infraestrutura urbana (D5). Cabe ressaltar que este índice é direcionado para metrópoles e cidades de grandes portes, todavia, trata-se de uma preocupação inerente as espacialidades urbanas, apresentando-se eficaz, se aplicado à análise das pequenas cidades (SOUZA, 2017).

Por último, quando analisamos o IBEU das cidades selecionadas, podemos identificar a ineficiência das políticas públicas, pois os elementos de maior relevância para o desenvolvimento das pequenas cidades são, por sua vez, os que apresentam menores índices como D4 e D5. Por outro lado, os elementos que por natureza não apresentam maior problemática as cidades pequenas em virtude de sua própria dimensão e da limitada artificialização de sua materialidade sob o campo como, mobilidade urbana (D1); condições ambientais urbanas (D2) e condições habitacionais urbanas (D3).

Os elementos D4 (atendimento de serviços coletivos urbanos) e D5 (infraestrutura urbana), fazem referência aos instrumentos públicos de uso coletivos com calçamento de vias,

abastecimento de água, escolas, hospitais, entre outros. A priori devem ser garantidos pelo Estado sob a esfera dos municípios, sendo parte do orçamento arrecadado por impostos locais, como parte efetiva dos rendimentos das atividades produtivas na localidade.

Considerações Finais

As cidades analisadas no texto apresentam significativas transformações de suas estruturas econômicas (produtivas), espaciais e sociais, relevando uma inversão de sua fonte de renda, na qual o setor terciário: comércios e serviços; ultrapassam o setor primário, historicamente consolidado com o principal setor das economias interioranas. Esta inversão também representa transformações culturais e simbólicas, em suma, pertencentes a lógica contemporânea de acumulação capitalista.

Este processo, que surge acompanhado do aumento da qualidade de vida em todo o semiárido brasileiro nos anos iniciais do atual século, representam um conjunto de novos direcionamentos das políticas econômica e social no país, a exemplo da expansão das políticas compensatórias, aumento dos investimentos em saúde, educação e produção tecnológica, todavia, detém de serias contradições, pois são estas transformações que incentivam o nucleamento dos centros produtivos, como vem ocorrendo no Centro-Oeste brasileiro e em alguns pontos do Nordeste.

Neste atual cenário, as novas formas de concorrência, cada vez mais articuladas em redes multiescalares, possibilitam articulações complexas e flexíveis, nas quais a comunidade local só integrada enquanto instância de distribuição final e consumo. Trata-se de um processo de em pleno desenvolvimento, mas que se caracteriza pela exclusão da produção local, com exceção apenas da produção artística e cultural, aos poucos valorizada em virtude dos usos do espaço gerados pelo turismo e outras novas atividades.

Diante do atual meio geográfico, a cidade, independentemente de sua dimensão espacial, estas formas espaciais assumem um papel central na dinâmica territorial, criando condições de concentrar, regular e dinamizar os elementos socioeconômicos gerais. Sendo assim, é condição e

condicionante das relações sociais responsáveis pela formação econômica e pela produção do espaço, embora, quase nunca esteja dissociada do campo.

Cabe mencionar também o papel do Estado na manutenção e criação dessa imagem de cidade que cresce, que se desenvolve, alinhada com as transformações desencadeadas na escala local do processo produtivo. Destacando o papel heterogêneo das ações realizadas pelo Estado, criando condições para inserção das grandes corporações e pela formação de uma economia municipal dependente e segregada, excluindo as possibilidades de integração com a produção local, sustentando-se através das relações com o mercado externo.

Conclui-se que os esforços do Estado não são para estabelecer novas possibilidades de desenvolvimento integrado, pelo contrário, os mesmos focalizam em substituir os velhos elementos característicos das pequenas cidades do interior por novas espacializações e monumentalismos (re)produtores do urbano. Portanto, torna-se indispensável para compreensão das pequenas cidades estabelecer o diálogo entre o arranjo espacial e a (re)formação econômica da localidade, que nesse caso não podem perder o vínculo com o conteúdo das relações sociais.

Referências

- BARBOSA, Ana Dayanne Silva. DINIZ, Lincoln da Silva. Feira de Aroeiras: Comércio, Consumo e Dinâmica Socioespacial Atual. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BwztjtjiedZmVkm1bkdrLWxhd3c/view>. Acessado no dia 30 de Fevereiro de 2018.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A produção de Bentonita em Boa Vista e suas redes de comercialização: um exemplo de fixos e fluxos geográficos do período histórico atual. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPE/CFCH/DCG. Recife-PE, 2010.
- HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Gustavo Villarim de Farias. Expansão do Ensino Superior como estratégia de desenvolvimento local: um olhar sobre os efeitos socioeconômicos da instalação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé-PB. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior), UFPB/CE/MPPGAV, João Pessoa, 2018.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades Média e Pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso**. Salvador: SEI, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Ed. Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Os circuitos espaciais da produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de cooperação no espaço. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica & CATAIA, Márcio. **Dos circuitos espaciais da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo vermelho, 2017.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras. In: _____, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica – O saber posto em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **BRASIL: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

_____, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxos da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 53, 1977.

_____, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Antonio Flávio. A RECENTE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO: o caso da implantação do campus da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB. Dissertação (Mestrado em Planejamento regional), UEPB/MDR, Campina Grande-PB, 2012.

SILVA, Roosevelt Humberto; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da Silva. Turismo Cultural e desenvolvimento em Cabaceiras-PB. **Revista eletrônica de turismo cultural**, v. 3, n. 2, 2009.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUSA, Epídio Araújo de. INDICADORES E ÍNDICES SINTÉTICOS: Análise do IDH E do IBEU Em Serra Branca-PB. Monografia (Graduação em Geografia), UFCG/CH/UAG, Campina Grande-PB, 2017.

_____, Marcelo Lopes de Souza. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2016.